



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Caracterização e Análise da Oepa UNITINS Agro / TO

Relatório Final

Conceição Aparecida Previero

Palmas
Agosto, 2006

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA OEPA
UNITINS AGRO / TO**

RELATÓRIO FINAL

Prof.^ª. Dra. CONCEIÇÃO APARECIDA PREVIERO

**PALMAS / TO
AGOSTO/2006**

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	6
1. Contextualização	6
2. Justificativa.....	8
3. Objetivos.....	8
3.1 – Objetivo Geral	8
3.2 – Objetivos Específicos	8
4. Metodologia.....	10
II - CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL.....	13
III– PAPEL, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS DAS OEPAS)	15
1. Organização institucional	15
2. Reestruturação Institucional	17
3. Estrutura Organizacional	19
3.1 Recursos Financeiros /Orçamentários	21
3.2 Recursos Humanos	22
4. Papel da OEPA (Analisando os questionários internos e externos).....	25
IV - FUNCIONAMENTO/ OPERAÇÃO DA OEPA /RECURSOS/ INFRA-ESTRUTURA/ PROJETOS	26
1. Bases Institucionais da OEPA	26
1.1 – Biblioteca, equipamentos, laboratórios e veículos	27
1.2 – Estrutura física para realização de pesquisa	29
2. Modernização da OEPA	34
3. Organização e estratégias da pesquisa.....	34
4. Projetos de Pesquisa Agropecuária em Desenvolvimento	36
V - INTERAÇÃO/COOPERAÇÃO.....	40
1. Cooperação e Relações com Usuários;.....	40
2. Parcerias e Articulações com Organizações Agrícolas com o Sistema Produtivo.....	41
3. Estratégias de Ação	42
4. Parcerias.....	42

5. Cooperação com a Embrapa	44
6. Atendimento das demandas de agentes agropecuários.....	44
VI- ESTÍMULOS E OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL...	47
1. Estímulos	47
2. Obstáculos	48
VII - CONCLUSÕES E SUGESTÕES	49
VIII - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INDICE DE TABELAS

Tabela 1. Agendamento das entrevistas.....	10
Tabela 2. Relação pesquisadores / pessoal de apoio.....	22
Tabela 3. Pesquisadores / Professores da UNITINS AGRO.....	22
Tabela 4. Detalhamento da infra-estrutura do Complexo de Ciências Agrárias – CCA	30
Tabela 5. Detalhamento da infra-estrutura do Centro de Pesquisa Agroambiental da Várzea – CPAV.....	32
Tabela 6. Projetos institucionalizados na UNITINS AGRO – 2004/2005.....	36

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. Questionário externo – Reestruturação da OEPA.....	18
Figura 2. Estrutura organizacional da UNITINS AGRO, aprovada pelo Conselho Curador da UNITINS (Fonte: UNITINS, 2005).....	19
Figura 3. Tipo da estrutura Organizacional da OEPA (Questionário interno).....	20
Figura 4. O planejamento das ações da OEPA na visão dos entrevistados internos.....	21
Figura 5. Adequação das bases institucionais para o público interno.....	26
Figura 6. Adequação das bases Institucionais para o público externo.....	26
Figura 7. Infra-estrutura geral da OEPA na visão dos entrevistados externos.....	27
Figura 8. Quanto a veículos (questionários internos).....	28
Figura 9. Quanto a equipamentos (questionários internos).....	28
Figura 10. Em relação a Laboratórios (Questionários internos).....	29
Figura 11. Quanto às estratégias (pesquisadores internos).....	35
Figura 12. Atende as expectativas do público-alvo (entrevistados externos)	40
Figura 13. Busca interação com o público alvo (entrevistados externos).....	40
Figura 14. Opinião sobre a discussão de prioridades de pesquisa (externos).....	42
Figura 15. Avaliação da importância relativa das atividades de assistência técnica..... (questionários externos).....	43 43
Figura 16. Fortalecimento e interação com a Embrapa (questionários internos).....	44
Figura 17. A OEPA considera a opinião da rede de agentes externos (questionários..... externos).....	45 45
Figura 18. A direção leva em consideração a opinião dos pesquisadores (entrevistados .. externos).....	45 45

I – INTRODUÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado do Tocantins, segundo os levantamentos do Projeto RADAM-BRASIL (Brasil,1974 e Tocantins, 1996), possui 60% de sua superfície de solos agricultáveis e, aproximadamente, mais 25% de solos com possibilidade de serem construídos com a utilização da tecnologia já disponível. Técnicas de preparo do solo e correção da acidez, assim como fórmulas de fertilização, já são conhecidas e utilizadas largamente nos solos do cerrado.

Além das potências naturais dos solos, outros importantes fatores poderão viabilizar o aumento das produções agrícola e pecuária do Estado. Dentre estes podemos ressaltar:

- O Estado possui recursos hídricos em abundância, com estação chuvosa bem definida e balanço hídrico favorável nos meses mais secos;

- Aqui se encontra a maior área contínua do mundo apta para a agricultura irrigada, com aproximadamente 1.200.000 ha no vale do Rio Javaés;

- Condições edafoclimáticas favoráveis para a diversificação da produção agrícola, abrangendo: a fruticultura tropical e amazônica, inclusive para a exportação; o cultivo e exploração de especiarias e essências amazônicas e do cerrado.

- Potencialidades para desenvolver em grande escala, uma agricultura moderna, com capacidade de gerar os encadeamentos produtivos que permitirão impulsionar o crescimento e verticalização do setor agroindustrial, ainda de certo modo, incipiente;

- Destaca-se também a localização geográfica que é estratégica com vantagens comparativas favoráveis para colocar os produtos locais nos mercados da Amazônia, e das regiões Centro-Oeste e Nordeste;

- Facilidades de acesso aos mercados internacionais, em condições competitivas de custos com o funcionamento da Hidrovia Araguaia-Tocantins e seu complemento intermodal pela Ferrovia Norte-Sul até o porto de Itaquí no Maranhão;

- Além de a necessidade premente do Brasil de aumentar a produção de alimentos para os mercados interno e externo, coloca o Tocantins como a fronteira agrícola em

condições mais favoráveis para ser integrada efetivamente ao circuito produtivo da economia nacional.

Mediante a exposição destes motivos e muitos outros encontrados no Tocantins é que ressalta-se a importância da pesquisa agropecuária no sentido de dar suporte ao aumento e crescimento da eficiência da produção, diversificação, qualidade e competitividade dos produtos, que garantem a inserção no mercado. Além da melhoria técnica, essas pesquisas contribuem diretamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas, tanto as que vivem no meio rural tocantinense como as que consomem os seus produtos, com vistas no desenvolvimento sustentável. Para tanto, a consolidação da Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária - OEPA só vem a contribuir e fortalecer a implantação e estruturação dessas pesquisas.

Por isso, a necessidade de reavaliação do funcionamento das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPA e da sua interação com o Sistema Embrapa, que decorreu da constatação de que parcela significativa delas não se modernizou e, conseqüentemente, não acompanhou o desenvolvimento do Sistema Embrapa de Pesquisa e Difusão, além de não se ter ajustado às crescentes demandas dos agentes envolvidos com este Sistema, particularmente com as do setor de produção agropecuária e agroindustrial.

A crise das OEPA não é recente. Já no final da década de 1990, promoveu-se uma avaliação, coordenada pelo DPCT/UNICAMP, que apontou caminhos para impulsionar a integração do Sistema OEPA/Embrapa. Todavia, o processo de modernização e de reestruturação não se deu em sua totalidade, o que contribuiu para acentuar a crise então existente (Termo de Referência, CGEE-MCT, Maio/ 2006).

Nesse sentido, propõe-se ampliar o escopo do trabalho para além dos aspectos de caracterização geral e de formas organizativas, incluindo-se a análise das interações dos diversos agentes. Assim, ter-se-á uma abordagem mais complexa, que explore as relações heterogêneas entre os diversos agentes e instituições integrantes dos “sistemas” de pesquisa. (Termo de Referência, CGEE-MCT, Maio/ 2006).

É a partir dessa análise, que será realizada através da construção de modelos explicativos da realidade, e não meramente representativos, que se poderá discutir o novo papel das OEPA e sua integração com o Sistema Embrapa.

2. JUSTIFICATIVA

As crescentes transformações advindas da aceleração do progresso tecnológico, bem como as suas implicações indiretas sobre o funcionamento dos sistemas econômico e institucional, vêm provocando a necessidade de reavaliação do funcionamento dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial. Pelos reiterados depoimentos de agentes que integram o Sistema Nacional de Pesquisa e Produção Agropecuária – SNPA, percebe-se que o perfil organizacional de muitas OEPA não tem acompanhado as referidas transformações. Daí a necessidade da estruturação e desenvolvimento de uma pesquisa sobre o papel atual das OEPA no SNPA (Termo de Referência, CGEE-MCT, Maio/ 2006).

3. OBJETIVOS

3.1 – Objetivo Geral

O Objetivo Geral desta Pesquisa é examinar o exercício do papel das OEPA e indicar caminhos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola – SNPA, no Brasil, mediante estudo das características atuais, potencialidades e funcionalidade dessas organizações (Termo de Referência, CGEE-MCT, Maio/ 2006).

3.2 – Objetivos Específicos

a) Analisar e indicar o papel das OEPA, quanto ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos técnico-científicos na atividade agropecuária e agroindustrial;

b) Analisar e indicar o papel das OEPA, quanto à sua interligação com outras Instituições de Pesquisa, Ensino e Extensão, integrantes dos Sistemas Estadual e Nacional de Pesquisa Agropecuária, bem como com outras organizações relacionadas à produção agropecuária e agroindustrial;

c) Analisar e indicar o papel das OEPA, quanto, especificamente, à complementaridade em relação à Embrapa;

d) Analisar e indicar o papel das OEPA, quanto à sua funcionalidade em face das sinalizações do mercado e de programas de governo; e

e) Analisar o papel das OEPA, quanto aos seus perfis institucionais, especialmente no que diz respeito aos aspectos relevantes da gestão organizacional, ante os ambientes interno e externo, e indicar caminhos para o melhor aproveitamento de novas oportunidades e áreas de atuação.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa ocorreu nas seguintes etapas:

a) Iniciou-se com uma reunião geral para exposição do trabalho, onde participaram o Sr. Roberto Jorge Sahium - Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins, e o Diretor Técnico da OEPA o Sr. Ronaldo Rodrigues Coimbra, realizada no dia 29 de junho de 2006, nesta foram indicadas as pessoas responsáveis por cada órgão envolvido com a OEPA, para que se pudesse estabelecer um cronograma de entrevistas com os questionários internos e externos.

b) Considerando a metodologia para desenvolvimento do trabalho ficou estabelecido que seriam respondidos 04 questionários internos e 09 externos referente ao qualitativo e 01 referente ao quantitativo.

c) Após a definição das pessoas, que foram separados em três categorias, OEPA, Estado e produtores, realizou-se uma visita a cada membro a ser entrevistado, para expor o trabalho a ser realizado e verificar a disponibilidade de responder e agendar o dia da entrevista;

d) Elaborou-se então um cronograma de entrevistas, conforme verifica-se na Tabela 1.

Tabela 1. Agendamento das entrevistas.

Nome do Entrevistado	OEPA/ Instituição	Cargo	Data	Horário	Tipo de Questionário
Ronaldo Rodrigues Coimbra	UNITINS AGRO	Diretor Técnico	05/07/2006	08:30	Quantitativo
Ronaldo Rodrigues Coimbra	UNITINS AGRO	Diretor Técnico	10/07/2006	08:30	Qualitativo/ Interno
Alan Kardec Martins	UNITINS AGRO	Pesquisador	11/07/2006	08:30	Qualitativo/ Interno
Fred Newton S. Souza	UNITINS AGRO	Pesquisador	13/07/2006	08:30	Qualitativo/ Interno
Fábio Luiz de Oliveira	UNITINS AGRO	Pesquisador	20/07/2006	08:30	Qualitativo/ Interno
Silvestre Lopes da Nóbrega	Centro Universitário	Coordenador do Curso de	07/07/2006	15:00	Qualitativo/ Externo

	Luterano de Palmas – CEULP (Particular)	Engenharia Agrícola			
Marcelo Könsgen Cunha	Embrapa	Coordenador Técnico	10/07/2006	14:30	Qualitativo/ Externo
Nelson Nasaharu Saijo	Ong Pequenos Produtores (Instituto Brasil Ásia - IBA)	Procurador/ presidente	11/07/2006	14:30	Qualitativo/ Externo
Paulo Sérgio da Rocha	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET	Superintendente	12/07/2006	08:00	Qualitativo/ Externo
Ricardo Pires de Castro Sobrinho	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Diretor de Desenvolvimento Rural e Tecnológico	13/07/2006	11:00	Qualitativo/ Externo
Julcemar Didonet	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Diretor do Campi UFT – Gurupi	14/07/2006	15:00	Qualitativo/ Externo
Anael da Costa	Associação dos Pequenos Produtores (Assentamento Mariana)	Tesoureiro da Associação	20/07/2006	15:30	Qualitativo/ Externo
Oswaldo Tadeu Nascimento	RURALTINS (Extensão Rural)	Diretor de Desenvolvimento Rural	31/07/2006	14:30	Qualitativo/ Externo
–	Secretaria da Ciência e Tecnologia	–	Não foi realizada	–	Qualitativo/ Externo

e) O questionário quantitativo ficou sob a responsabilidade do Diretor Técnico da OEPA, o Sr. Ronaldo Rodrigues Coimbra. Foi entregue no dia 05/07/06 e devolvido em 14/07/06.

f) Os questionários quantitativo e qualitativo foram encaminhados para os entrevistados juntamente com um ofício, reforçando o trabalho a ser realizado.

g) Depois de realizadas as entrevistas, foram encaminhados os questionários a cada membro, devidamente preenchidos, para a devida conferência e validação dos mesmos.

h) Após a validação e devolução dos questionários, foram inseridos num banco de dados para tabulação e posterior análise.

II - CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL

O Tocantins, nos anos de 1999 e 2002, foi responsável por apenas 0,22% e 0,26% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e por 32% e 31% do PIB “per capitã” do país, respectivamente (IBGE, 2005).

Considerando a composição do Produto Interno Bruto tocantinense de 2000, o setor agropecuário contribuiu com aproximadamente 15% (SEPLAN, 2003 e 2004). Já o negócio agrícola brasileiro correspondeu a 33,8% do PIB nacional em 2003, com um valor global de R\$ 458,83 bilhões, sendo responsável por 37% dos empregos e 42% das exportações do país (IBGE, 2004).

A pecuária bovina de corte é a atividade agropecuária mais importante do Estado, enquanto que entre os produtos agrícolas destacam-se o arroz, a soja, o milho e o abacaxi. Ela é predominantemente extensiva e apresentava, em 2003, aproximadamente 7,7 milhões de bovinos, sendo em sua maioria pertencente à raça nelore. Possui o terceiro rebanho da Região Norte (33.930.000 cabeças), representando aproximadamente cerca de 19% do total da região e 4% do rebanho brasileiro (IBGE, 2004).

O rebanho bovino tocantinense teve um crescimento no período de 1999 a 2003 de 2,1 milhões de cabeças de gado, o que corresponde a um aumento de 37%, demonstrando a importância dessa atividade na economia estadual (IBGE, 2004).

Com relação ao número de bovinos abatidos no Estado, percebe-se um incremento muito significativo de 402 mil cabeças no período de 7 anos, o que equivale a 185%, ou seja, quase três vezes mais do que a quantidade em 1996.

A cultura do arroz, no ano de 2000, era o principal produto agrícola, com cerca de 148 mil ha plantados, representando quase o dobro da área da soja cultivada no mesmo período. Os bons resultados da produção e da produtividade de arroz podem ser considerados, até 1992, como oriundos da pesquisa agrícola desenvolvida pela Embrapa em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS, e a partir deste mesmo ano pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS.

Considerada a principal cultura do Estado na atualidade, a soja impressiona pela evolução a partir de 1997, tanto na área cultivada, quanto na produção. Se, no início dos

anos 90, um pouco mais de 15 mil ha eram plantados, esse número atingiu 253.466ha em 2004. O ganho na produção foi ainda maior, pois, em 1993, foram colhidas 25,5 mil toneladas e, em 2004, cerca de 656 mil toneladas, refletindo também no aumento da produtividade média no período analisado, que subiu de 1.650 kg/ha para aproximadamente 2.600 kg/ha.

Apesar da rápida expansão da cultura da soja no Estado, a produção total tocantinense, no ano de 2003, foi de 373.036t, o correspondente a apenas 0,7% da produção total de soja do Brasil. Entretanto, na safra 2003/2004, houve um acréscimo sensível na área plantada de soja (60%), resultando no aumento da produção na ordem de aproximadamente 57%, totalizando uma produção de 656.016 toneladas.

A fruticultura encontra-se em expansão no Estado e também vem obtendo bons resultados de produtividade. A cultura do abacaxi, por exemplo, que vem sendo cultivada predominantemente na região central do Tocantins, tem produzido em média de 15 a 20t/ha, atingindo produções de 40 a 65 mil toneladas de frutos (SEAGRO, 2005).

Atualmente existem grandes projetos agrícolas implantados e em franca produção em solo de cerrado, tais como: o PRODECER III localizado na região central do Estado, no município de Pedro Afonso, com cerca de 20mil hectares destinados à produção especialmente de grãos (soja, arroz e milho); Campos Lindos, na região nordeste do Estado, com área de produção de grãos de aproximadamente 6 mil hectares, sendo que está em fase de incorporação, mais a área para cultivo; a região de Miracema do Tocantins e Miranorte possui a maior produção de abacaxi do Estado, representando cerca de 46% do total anual; além de projetos de piscicultura espalhados em todo o Tocantins, que movimentam hoje cerca de R\$ 3 milhões por ano no Estado (Mapa do Investidor, 2004). Na região do Vale do Javaés, inúmeros projetos de irrigação para a produção de arroz irrigado, soja, milho e melancia estão em funcionamento, sendo o mais conhecido deles o Projeto Rio Formoso, que possui 28.000ha de área útil irrigável.

III– PAPEL, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS DAS OEPAS)

1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Com base na história da Pesquisa Agropecuária no Tocantins, associada a outros acontecimentos no período e somada às potencialidades do Estado, são vários os argumentos que levaram a criação da OEPA no Estado, motivada por uma mescla de potencialidades, possibilidades, disponibilidades, como também dificuldades, as quais respaldaram a tomada de decisão acertada de lançar mão da pesquisa como um vetor de desenvolvimento do Estado do Tocantins.

O relato da História da Pesquisa Agropecuária Tocantinense remete-se ao momento que antecede a criação do Estado do Tocantins, época em que a antiga Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária – EMGOPA era responsável pela coordenação e execução da Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás.

No antigo norte goiano, hoje Tocantins, a EMGOPA tinha sob sua administração duas estações de pesquisa, sendo uma a Estação Experimental do Projeto Rio Formoso - EEPRF, localizada no município de Formoso do Araguaia, com área de 120 ha e a Estação Experimental de Araguaína - EEA, com área aproximada de 1.000 ha, apresentam estrutura física voltada para o desenvolvimento de pesquisas e de produção.

Com a criação do Tocantins, a Secretaria da Agricultura – SEAGRO, através do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS, passou a ser a Instituição do Estado, designada oficialmente para coordenar as atividades de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural. Nesse sentido, todo o patrimônio que restou da EMGOPA foi transferido ao RURALTINS.

Entretanto, a partir de 1992, esse patrimônio foi incorporado a UNITINS, porque no mesmo ano passou a coordenar e executar a Pesquisa Agropecuária como órgão oficial do Estado. Diante desse fato, a UNITINS começou a operar como uma Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária – OEPA do Tocantins perante a Embrapa.

As duas estações experimentais ficaram sob a administração da UNITINS através das Faculdades de Agronomia de Gurupi e Medicina Veterinária de Araguaína, sendo a

primeira e única Universidade do país a fazer parte do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, coordenado na época pela Embrapa, como parceira principal.

Desde a implantação do Estado constata-se que o processo de execução da Pesquisa Agropecuária no Estado do Tocantins revela a ausência de um Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária – SEPA, adequado para atender as reais necessidades do setor produtivo.

Por outro lado, também já foram elaborados quatro planos diretores para a pesquisa: sendo um em 1989 na cidade de Araguaína, sob a coordenação da Secretaria da Agricultura/ RURALTINS; dois em 1992, onde em Palmas foi coordenado pela Secretaria da Agricultura e em Gurupi ficou sob a coordenação da UNITINS e um outro mais recente realizado em 1999, pela Secretaria da Agricultura com base em informações de todo o Estado.

Poucos programas de pesquisa definidos nesses planos foram executados, devido a inúmeros motivos, entre eles é destacado a deficiência de infra-estrutura das instituições executoras (falta de laboratórios; campos experimentais, e em alguns momentos, recursos humanos qualificados), e principalmente a ausência de um fluxo de recursos financeiros adequados e destinados especialmente para a execução dos projetos.

Analisando o período de 1992 até o momento atual, observa-se um momento de fortalecimento da Pesquisa Agropecuária na UNITINS, especialmente relativo ao aspecto de seleção e contratação de novos pesquisadores para o Tocantins. Tais pesquisadores eram oriundos de reconhecidas Universidades brasileiras, com especialidades em diversas áreas do conhecimento das Ciências Agrárias. Entretanto, esse potencial de recursos humanos disponível enfrentou limitações com relação à ausência /deficiência de infra-estrutura e orçamento específico e adequado para implantar o plano de pesquisa elaborado por ela em 1992. Mesmo assim, alguns importantes programas foram iniciados em diversas regiões do Estado (Araguaína, Gurupi, Pedro Afonso e Formoso) contando com apoio da Embrapa, CNPq e outras agências de financiamento e apoio.

Algumas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento realizadas pela UNITINS até 2002 foram: Melhoramento Genético de grãos (Arroz, Soja e Milho), Melhoramento Genético de Hortaliças (Batata - doce, Tomate e Pimentão), Recuperação da capacidade produtiva de forrageira; Controle de pragas e doenças em forrageiras e plantas cultivadas, Projetos referentes a doenças infecto-contagiosas (Controle de Brucelose, de Mastite, de

Raiva e Febre Aftosa), Desenvolvimento de tecnologia para o manejo sustentável de solos sob condições de cerrado e Estudo de fontes alternativas de energia.

A UNITINS, no período de 1992 a 1996 ficou caracterizada como um período de instabilidade e fragilidade institucional. A administração superior (Reitoria) da Universidade sofreu 7 alterações em apenas 5 anos. Lembrando também que em 1995 houve uma significativa redução do seu quadro de professores e uma redistribuição na carga horária dos docentes. Assim, com uma elevada carga horária associada com o quadro já descrito, houve uma redução ainda maior quanto ao estímulo para a execução de trabalhos de pesquisa pelos professores /pesquisadores.

2. REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

Dessa forma a Pesquisa Agropecuária na UNITINS durante o período de 1996 a 2002 passou a ser executada de maneira restrita através do Campus Universitário de Gurupi, ainda com o apoio da Embrapa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e alguns poucos convênios com empresas privadas, mantendo um pequeno número de projetos em andamento graças ao interesse e esforço individual de alguns pesquisadores.

Com o processo de federalização dos Campi Universitários da UNITINS ocorrido no início de 2003, houve uma evasão de aproximadamente 95% dos pesquisadores da área de agropecuária da UNITINS para Universidade Federal do Tocantins – UFT, devido aprovação em concurso público, em especial a cursos relativos a Ciências Agrárias.

Dentro desse contexto, a Fundação Universidade do Tocantins apresentou ao Governador do Estado, no dia 26 de setembro de 2003, uma proposta de Reorganização e Fortalecimento da Pesquisa Agropecuária no Estado para ser executada por ela e seus parceiros, dentro de um Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária também a ser implantado e, vale ressaltar que, esta proposta foi aprovada na íntegra.

Nesse sentido, a UNITINS através da reestruturação interna, implantou a Diretoria de Pesquisa Agropecuária e Desenvolvimento Rural – UNITINS AGRO, o que resultou na contratação de pesquisadores para atuarem na área agropecuária. Para atendimento da proposta, a OEPA tem apoio na execução da Pesquisa Agropecuária dos seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento - SEAGRO, Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS, Fundo para o Desenvolvimento do

Agronegócio do Algodão - FUNDEAGRO, Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária - Embrapa, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET, Movimentos Sociais, dentre outros parceiros para atender e buscar soluções para o estado a fim de alcançar o desenvolvimento rural local.

Atualmente, e após a aplicação dos questionários percebe-se que na questão da reestruturação, até hoje a UNITINS se encontra nesta fase, tanto os questionários internos como os externos, mostraram que ainda existe certa indefinição de papéis, falta de estratégias definidas e planejamento a longo prazo. O público externo, considera indispensável, para a consolidação e o aprimoramento da OEPA, uma efetivação da reestrutura institucional para uma melhoria total, necessita-se pensar na sua forma de gestão e autonomia, busca-se uma mudança, avaliando o que já foi feito e pensando no futuro, com mais parcerias e envolvimento em geral das partes interessadas. Na Figura 1 observa-se que 62% dos entrevistados externos consideram indispensável à reestruturação da OEPA.

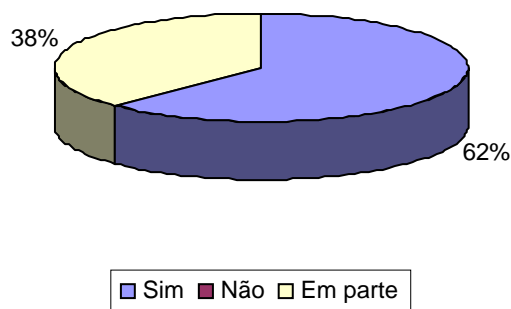


Figura 1. Questionário externo – Reestruturação da OEPA.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Apesar da UNITINS ser responsável pela execução da Pesquisa Agropecuária desde 1992, em nível de Estado não se dispõe na estrutura organizacional da Instituição, um setor que organize essa atividade específica.

Em setembro de 1997 houve uma tentativa de estruturação da Pesquisa Agropecuária, sob a forma de diretoria ou assessoria de P&D Agropecuária. Essa proposta de estrutura organizacional tinha apenas a função de articulação das atividades inter-campi e com os parceiros externos. Esta proposta não foi aprovada, permanecendo a OEPA até o presente momento sem um ponto de referência técnico-administrativa.

Verifica-se na Figura 2, a estrutura organizacional básica da UNITINS AGRO, aprovada pelo Conselho Curador da Universidade, para funcionar inicialmente. Ficou extremamente enxuta e objetiva para dotá-la de maior agilidade administrativa e ser mais eficiente em suas atividades internas e de campo.

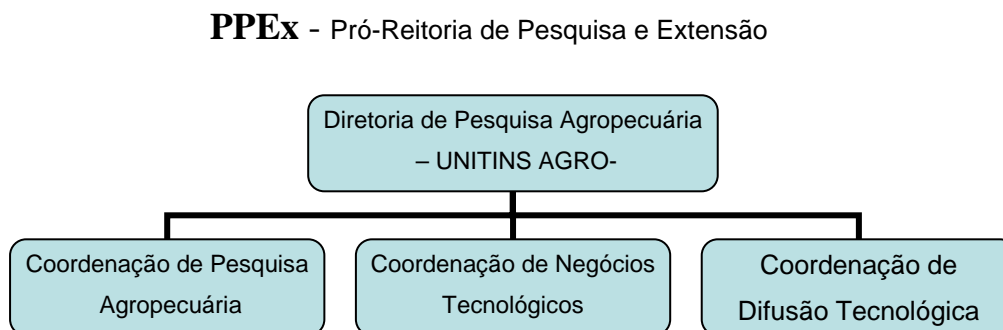


Figura 2. Estrutura organizacional da UNITINS AGRO, aprovada pelo Conselho Curador da UNITINS (Fonte: UNITINS, 2005).

A UNITINS AGRO, além de estar vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, conta com o assessoramento de três coordenações: a) Pesquisa Agropecuária e Desenvolvimento Rural; b) Negócios Tecnológicos; e c) Difusão Tecnológica, sendo constituída de uma equipe de pesquisadores para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e validação de tecnologias para os produtores do Tocantins.

A missão da UNITINS AGRO é propiciar soluções competitivas para o desenvolvimento rural e territorial sustentável do Tocantins, através do conhecimento e tecnologia agropecuária em benefício da sociedade (COLLICHIO, 2006).

Como visão, a UNITINS AGRO, busca atuar de forma sistêmica e multidisciplinar, no sentido de associar a tecnologia, o mercado e o meio ambiente, valorizando o bem-estar do homem e da mulher do meio rural tocantinense.

A estrutura organizacional é considerada do tipo flexível, com níveis de comunicação que facilitam as atividades de pesquisa. O trabalho é participativo e se respeitam as características individuais dos pesquisadores. Verifica-se Figura 3 as respostas de acordo com os entrevistados.

A estrutura Organizacional da OEPA é do tipo

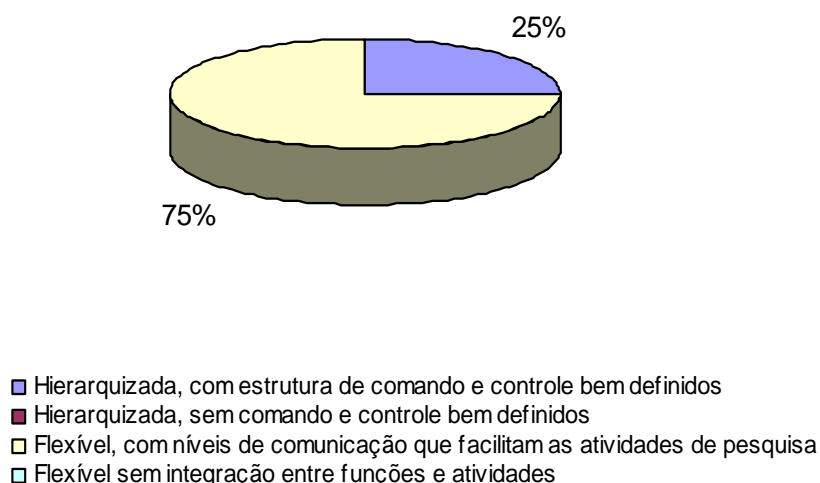


Figura 3. Tipo da estrutura Organizacional da OEPA (Questionário interno).

Não há plano de carreira, cargos e salários. Os entrevistados, sugerem começar essa discussão para uma futura implantação. No entanto, existe um estímulo na capacitação do docente / pesquisador, e a busca desta capacitação se dá por interesse individual dos pesquisadores.

Com base no planejamento das ações presentes e futuras da OEPA, a maioria dos entrevistados respondeu que, este tipo de decisão é tomada com a participação de seu corpo de pesquisadores, conforme se verifica na Figura 4.

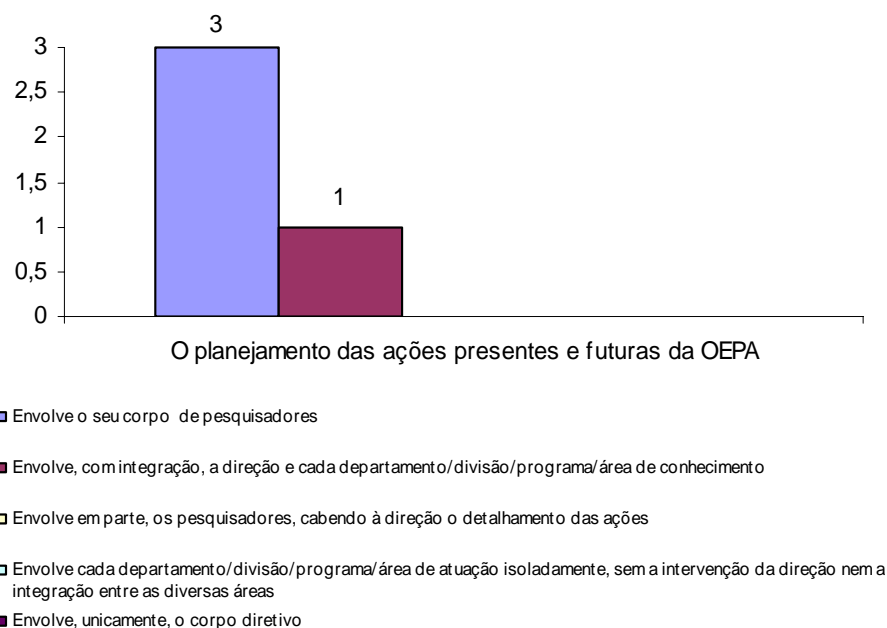


Figura 4. O planejamento das ações da OEPA na visão dos entrevistados internos.

3.1 Recursos Financeiros /Orçamentários

Não há orçamento específico e de aplicação de recursos para a OEPA implantar pesquisas agropecuárias. Conforme a demanda aloca-se os recursos frente aos parceiros dos projetos em uma ação conjunta.

A OEPA tem dificuldade de recursos. Há necessidade de buscar fomento, porém, precisa-se de um maior intercâmbio entre as instituições. Historicamente há instituições com maior capacidade em aproveitar as oportunidades de fomento, e estas instituições ou pesquisadores poderiam ajudar neste sentido. Preocupa-se muito com esta estratégia, tanto que se procura enviar projetos a todos os editais lançados.

Segundo o questionário quantitativo a UNITINS AGRO não dispõe de orçamento no Planejamento Plurianual - PPA do Estado, ou seja, realiza suas atividades com recursos próprios e de projetos com fomentos de outras instituições.

Em 2004, a OEPA teve um investimento de R\$ 63.000,00 do Tesouro Estadual, R\$ 526.819,00 do Tesouro Federal, investiu R\$ 1.116.163,50 de Receitas Próprias e R\$ 79.680,00 oriundos do CNPq, gerando um total de R\$ 1.785.662,50 aplicados na pesquisa.

Já em 2005, foram utilizados recursos financeiros da ordem de R\$ 256.796,00 do Tesouro Estadual, R\$ 1.475.555,90 do Tesouro Nacional e ainda R\$ 1.140.101,16 de

Receitas Próprias, sendo este ano aplicado um total de R\$ 2.872.453,06, distribuído entre investimentos, custeio e pessoal.

3.2 Recursos Humanos

Observa-se que a OEPA tem uma carência visível e perfeitamente demonstrada pelos entrevistados no que tange ao quadro de recursos humanos, tanto no quantitativo de pesquisadores como no pessoal de apoio.

De acordo com os pesquisadores, as bases institucionais não estão adequadas, devido à falta de recursos humanos, o Estado possui uma grande demanda e extensão territorial, necessitando de mais profissionais para atuarem nas diferentes áreas de conhecimento do setor agropecuário.

Atualmente a OEPA conta com 24 pesquisadores, 10 funcionários de apoio técnico e 04 de apoio administrativo para atender as demandas existentes, esse número é considerado pequeno, o que dificulta a agilidade do trabalho.

Tabela 2. Relação pesquisadores / pessoal de apoio.

Função	Pesquisadores	Apoio Técnico	Apoio Administrativo
Quantitativo	24	10	04

3.2.1–Pesquisadores/Professores

Observa-se na Tabela 3 os profissionais que compõem o quadro de recursos humanos da UNITINS e que possuem ligação direta/ indireta com o setor do agronegócio e que participam da OEPA – UNITINS AGRO. Desses profissionais sete estão cursando o Doutorado.

Tabela 3. Pesquisadores / Professores da UNITINS AGRO.

NOME	FORMAÇÃO		ÁREA DE ATUAÇÃO
Ronaldo Rodrigues Coimbra	Eng. Agrônomo – D.Sc. Genética e Melhoramento de Plantas	Pesquisador	Melhoramento Genético; Estatística; Biometria; Manejo e Conservação de Recursos Genéticos;
Lucas Koshy Naoe	Eng. Agrônomo – D.Sc. Genética e	Pesquisador	Melhoramento Vegetal; Produção e

	Melhoramento de Plantas		Beneficiamento de Sementes; Produção de Mudas.
Daniel de Brito Fragoso	Eng. Agrônomo – D.Sc. Entomologia	Pesquisador	Agronomia; Bioquímica; Biologia Geral; Ecologia; Zoologia.
Fábio Luiz de Oliveira	Licenciatura em Ciências Agrícolas – Doutorando em Fitotecnia – Agroecologia	Pesquisador	Agroecologia; Fitotecnia; Produção Vegetal; Manejo e Tratos Culturais; Olericultura; Fruticultura.
Rosilene Naves Domingos	Doutorado em Ciências Biológicas (Microbiologia Aplicada).	Pesquisador	Agricultura Familiar, Ciência e Tecnologia de Alimentos
Alan Kardec Elias Martins	Geógrafo – Esp. Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Mestrado Ciência Florestal Geoprocessamento Recuperação de áreas Degradadas e Doutorado em Ciência Florestal-Geoprocessamento Ecologia Florestal	Pesquisador	Geoprocessamento, Recuperação de áreas Degradadas, Ecologia de Paisagem.
Cezar Auguste Badji	Eng. Agrônomo – D.Sc. Entomologia	Pesquisador	Entomologia: Controle Biológico
Eliane Regina Archangelo	Eng. Agrônomo – D.Sc. em Fitotecnia	Pesquisador	Fitotecnia, Produção Vegetal, Manejo de Plantas Daninhas
Gustavo A. Campos	Eng. Agrônomo – D.Sc. em Produção Vegetal/ Melhoramento Genético Aplicado e Análise Genômica	Pesquisador	Melhoramento Vegetal; Melhoramento Genético de Fruteiras; Fitossanidade; Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal; Agroquímica
Fred Newton de Souza	Eng. Agrônomo –Especialista, Mestrado em Agroecossistemas.	Pesquisador	Agronomia; Extensão Rural; Antropologia Rural; Manejo e Tratos Culturais; Conservação de Solo e Água; Agricultura Familiar.
Maria Regina Teixeira da Rocha	Eng. Agrônomo –Especialista, Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável.	Pesquisador	Agricultura Familiar
Maria Inês Ramos Azevedo	Graduada em Engenharia Florestal, Mestrado em Ciência Florestal, Doutoranda e Ciência Florestal	Pesquisadora	Recursos Florestais e Engenharia Florestal
Cláudio Henrique Clemente Fernandes	Doutorando em Ciências Veterinárias	Pesquisador	Clínica e cirurgia animal; anestesiologia animal; reprodução animal; Fisiologia da reprodução animal; Clínica veterinária.
Pedro Alves de Moura Sobrinho	Doutorando em Ciência Veterinária	Pesquisador	Produção e Reprodução animal.
Taciana Rabelo Ramalho Ramos	Doutoranda em Ciência Veterinária (Clínica Veterinária)	Pesquisador	Medicina Veterinária; Clínica cirúrgica animal; Obstetrícia veterinária; Clínica médica animal.

Sônia Regina Nogueira	Doutoranda em Fitopatologia	Pesquisador	Fitopatologia; Microbiologia Agrícola.
Vag Lan Borges	Graduado em Ciências Políticas, Mestre em Economia	Pesquisador	Economia Florestal, Economia Agrícola, Desenvolvimento Rural e Regional, Política Florestal e Ambiental e Avaliação de Políticas Públicas e Planejamento Econômico.
Ricardo H. P. B. Peixoto	Eng. Químico – M. Sc. Eng. Sanitária e Ambiental. Doutorando em Planejamento e Gestão	Pesquisador	Planejamento e Gestão Qualidade de água Impactos ambientais Saneamento básico
Expedito Alves Cardoso	Eng. Agrônomo – Mestre em Solos	Pesquisador	Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos; Física do Solo; Manejo e Conservação do Solo; Engenharia de Água e Solo; Ecologia de Ecossistemas.
Juliana Mariano Alves	Eng. Ambiental – Mestrado em Agroecossistemas.	Pesquisador	Desenvolvimento Rural
Eduardo Ribeiro dos Santos	Biólogo – M.Sc. Botânica	Pesquisador	Florística; Fitosociologia; Taxonomia; Morfologia Externa; Taxionomia.
Joseano Carvalho Dourado	Eng. Agrônomo – Esp. Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Doutorando em Planejamento e Gestão.	Pesquisador	Planejamento e Gestão Gestão de Recursos Hídricos Geomorfologia Processos erosivos e sedimentologia.
Brunno Lang Frazão Moraes	Eng. Agrônomo, Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	Pesquisador	Agroecologia e Agricultura Familiar.
Andréa Cristina Thoma Costa	Eng. Agrônomo, Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	Pesquisador	Agroecologia, Extrativismo e Agricultura Familiar.

Fonte: UNITINS AGRO, 2006.

3.2.2 – Pessoal de Apoio (Técnico-Administrativo)

Destinados aos trabalhos da OEPA, dispõe-se de 10 funcionários de apoio técnico, sendo vinculados exclusivamente para a pesquisa agropecuária. Também conta-se com 04 funcionários para apoio administrativo. Porém, como mencionado antes, é considerado ainda um número muito reduzido frente às necessidades.

4. PAPEL DA OEPA (ANALISANDO OS QUESTIONÁRIOS INTERNOS E EXTERNOS)

O principal papel da OEPA, segundo os entrevistados, é a pesquisa agropecuária e a validação de tecnologia, buscando alternativas tecnológicas com aproveitamento do potencial produtivo e o desenvolvimento científico do Estado.

Quanto às ações desenvolvidas de acordo com o papel da OEPA, as respostas indicaram que as atividades dos pesquisadores são realizadas considerando o potencial produtivo, principalmente atendendo a demanda do Governo do Estado, na busca de resoluções de situações regionais. Assim, os pesquisadores entendem que a OEPA realiza seu papel.

Analisando estas mesmas respostas, destaca-se que, sobre a redefinição do papel da OEPA, foi mencionado o aumento das pesquisas em agricultura familiar, a ampliação de parcerias com as instituições e a ênfase a dimensão sócio-ambiental do Estado.

Já quanto aos questionários externos, os entrevistados mencionam deficiência, principalmente com relação a recursos humanos, o que já havia sido ressaltado pelos questionários internos. Também foi alegado que deveria haver um maior envolvimento com relação à agricultura familiar, que é um dos objetivos que a OEPA se propõe, além de aumentar as pesquisas e parcerias. Com relação ao desempenho do papel da OEPA, o público externo, deixou claro que passa a ser referência o trabalho de pesquisa desenvolvido quando é realizado frente a uma demanda, mas isto não ocorre de forma efetiva e clara. Houve um grande avanço, porém de forma ainda incipiente.

IV - FUNCIONAMENTO/ OPERAÇÃO DA OEPA /RECURSOS/ INFRA-ESTRUTURA/ PROJETOS

1. BASES INSTITUCIONAIS DA OEPA

Os questionários aplicados quanto à adequação das bases institucionais, tanto nas pesquisas com o público interno e externo da OEPA, foram levantadas praticamente as mesmas dificuldades, tais como: a falta de recursos humanos; os equipamentos insuficientes; a falta de prioridade governamental e recursos financeiros. Julga-se que as dificuldades estão claras tanto dentro como fora da OEPA. Observa-se nas Figuras 5 e 6, as respostas dos entrevistados no que tange as bases institucionais da OEPA.

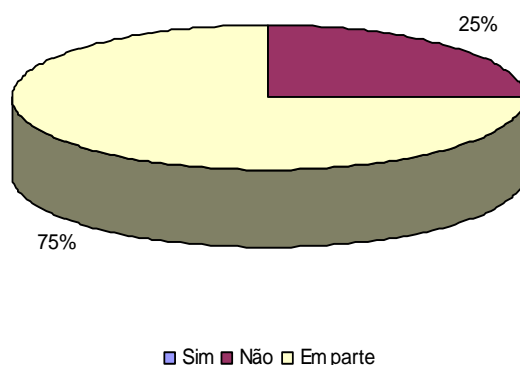


Figura 5. Adequação das bases institucionais para o público interno.

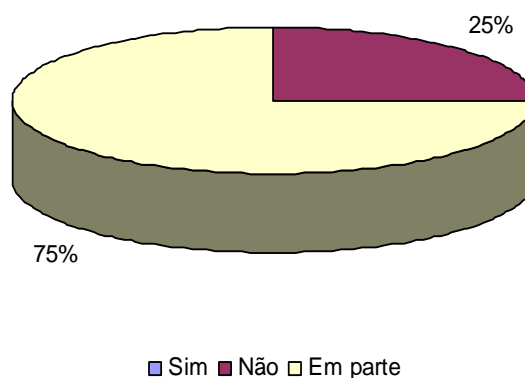


Figura 6. Adequação das bases Institucionais para o público externo.

Considerando a infra-estrutura geral, quanto ao nível de adequação para atendimento das demandas da OEPA, os entrevistados externos responderam, em maior parte, “inadequada” ou “pouco adequada”, conforme se observa na Figura 7.

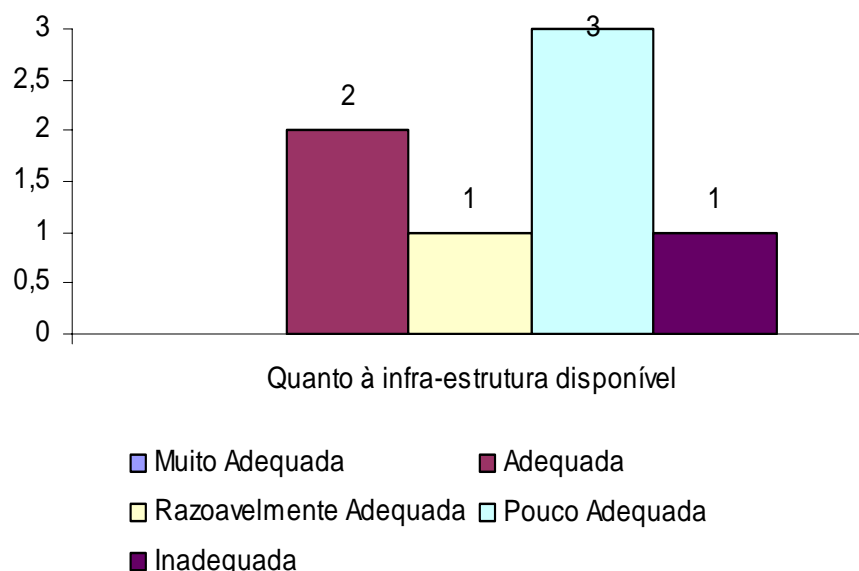
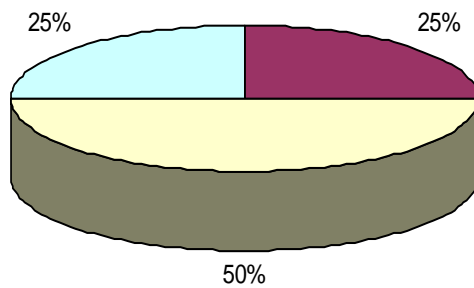


Figura 7. Infra-estrutura geral da OEPA na visão dos entrevistados externos.

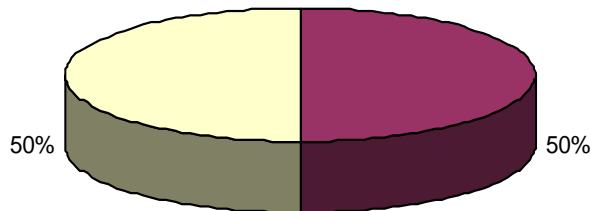
1.1 – Biblioteca, equipamentos, laboratórios e veículos

Com relação aos laboratórios e equipamentos, foram consideradas pelo público interno, “razoavelmente adequadas”, as estruturas disponíveis na OEPA, frente às atividades em desenvolvimento. Não foi diferente também, com relação aos veículos disponibilizados, a maioria também respondeu “razoavelmente adequado”. De um modo geral, foi avaliado tanto esses dois itens, como a questão de equipamentos, computadores e estrutura física da mesma forma, como observa-se nas Figuras 8, 9 e 10 a seguir.



- Muito Adequada ■ Adequada
- Razoavelmente Adequada ■ Pouco Adequada
- Inadequada

Figura 8. Quanto a veículos (questionários internos)



- Muito Adequada ■ Adequada ■ Razoavelmente Adequada ■ Pouco Adequada ■ Inadequada

Figura 9. Quanto a equipamentos (questionários internos).

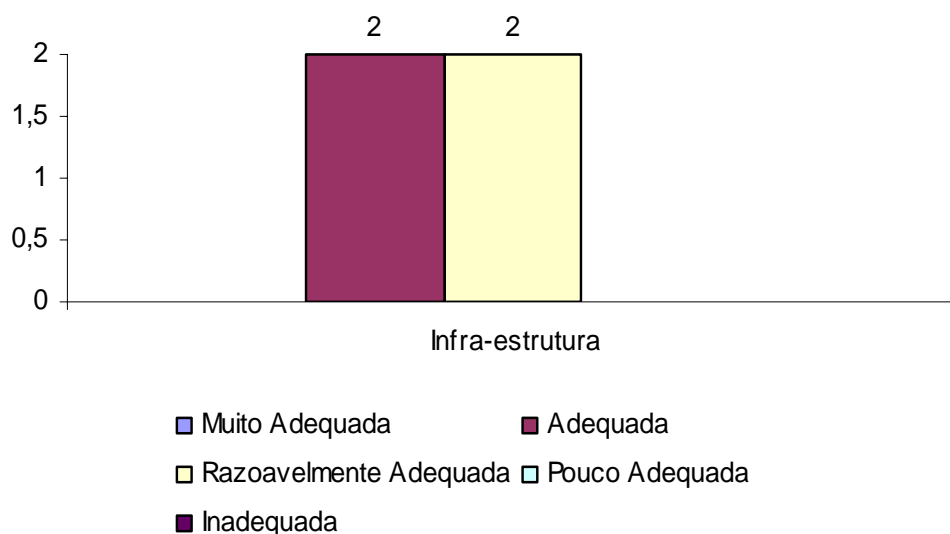


Figura 10. Em relação a Laboratórios (Questionários internos)

1.2 – Estrutura física para realização de pesquisa

a) Complexo de Ciências Agrárias – CCA

Em 12 de abril de 2004, foi firmado um Acordo de Cooperação entre a SEAGRO e a UNITINS, com o objetivo de criar o Complexo de Ciências Agrárias – CCA, o qual visa à cooperação mútua em ações conjuntas para coordenar as pesquisas agropecuárias do Estado do Tocantins e atividades afins.

Esse acordo estabelece que todas as atividades, obras e equipamentos das entidades cooperantes (laboratórios, centro de treinamento e outros) que convergirem em interesses mútuos, como a pesquisa, ensino, difusão de tecnologias e treinamentos, deverão ser direcionados para a composição do Complexo de Ciências Agrárias do Tocantins.

A SEAGRO destinou uma área física de 30ha, dentro do Centro Agrotecnológico de Palmas, para a estruturação da sede do CCA e cedeu áreas para a implantação do campo experimental da UNITINS AGRO, além de compartilhar máquinas, equipamentos agrícola, pessoal e demais estruturas.

O Complexo de Ciências Agrárias, além de promover tecnologias, conhecimentos e serviços visando ao desenvolvimento do Estado, tem otimizado os recursos públicos, uma vez que está predominando a concentração de investimentos em um único local (Centro Agrotecnológico de Palmas), para atender um mesmo objetivo.

O conceito do Complexo de Ciências Agrárias extrapola os limites dessa área e de municípios, buscando integrar os diversos ambientes, em especial, o cerrado e a várzea. Na Tabela 4 observa-se o detalhamento da infra-estrutura.

Tabela 4. Detalhamento da infra-estrutura do Complexo de Ciências Agrárias – CCA

<p>Complexo de Ciências Agrárias - CCA</p>	<p>Localizado no Centro Agrotecnológico de Palmas, a margem direita da TO 050 sentido Palmas Porto Nacional, Km 23, no município de Palmas, possui uma área total de 27,65 ha.</p> <p>A área construída é constituída de 6 prédios, sendo composta por um viveiro de mudas (360,00m²) e um galpão de apoio ao viveiro (60,00m²), uma casa vegetação climatizada (120,00m²), um galpão de máquina e depósito de materiais e insumos agrícolas (153,00m²), um casa de caseiro (42,50m²), duas unidades de laboratórios de aproximadamente 1.300 m² e uma estação de tratamento de esgoto.</p> <p>A estrutura física do CCA ainda conta com área física da Fazendinha Agroecológica, Campo experimental, e Módulos em Apicultura.</p>
<p>1.1- Viveiro de mudas + galpão de apoio</p>	<p>Viveiro de 360 m² e galpão de 60 m² composto de uma sala de preparo (42 m²) e um depósito (15,40 m²);</p>
<p>1.2 - Casa de vegetação climatizada</p>	<p>120 m²</p>
<p>1.3 - Galpão de máquina e depósito de materiais e insumos agrícolas</p>	<p>153,00 m²</p>
<p>1.4 – Estação de tratamento de esgoto</p>	<p>140 m²</p>
<p>1.5 - Laboratório de entomologia</p>	<p>Área total 69,16 m² (Sala de trabalho de 33,82 m²; Sala de coleções 20,02 m²; Sala curadoria 13,50m²)</p>
<p>1.6 – Herbário</p>	<p>Área total 165,24 m² (Sala de trabalho de 57,43 m²; Sala de</p>

	coleções 74,62 m ² ; Sala curadoria 18,90 m ² ; Sala de estufas 10,92; Copa 5,00 m ² ; Sala de equipamento 6,25 m ²)
1.7 – Laboratório de sementes	Área total 59,87 m ²
1.8 – Laboratório de hidrologia	Área total 65,24 m ² (Sala de trabalho 59,78 m ² ; Escritório 5,46 m ²)
1.9 - Laboratório de solos	Área total 78,59 m ² (Sala de trabalho 69,16 m ² ; Escritório 5,46 m ² ; Sala de balança 3,97 m ²)
1.10 - Laboratório de análise de mel	Área total 53,00 m ² (Sala de preparo 10,00 m ² ; Sala de Preparo 40,00 m ² ; Sala de balança 3,00 m ²)
1.11 – Laboratório de resistência a doenças	53 m ²
1.12 – Sala de preparo de experimentos	53 m ²

Fonte: UNITINS AGRO, 2006

b) Centro de Pesquisa Agroambiental da Várzea – CPAAV

O Centro de Pesquisa Agroambiental da Várzea – CPAV (antiga Estação Experimental do Projeto Rio Formoso – EEPRF) foi criado e administrado pelo Estado de Goiás, através da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária – EMGOPA, até a implantação do Estado do Tocantins em 1989. De 1989 a 1992 esse Centro de Pesquisa ficou sob a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS e, a partir de 1992, a UNITINS incorporou-o ao seu patrimônio.

Localizado na 1ª etapa do Projeto Rio Formoso, a 25 km da cidade de Formoso do Araguaia, o CPAV faz divisa com a Cooperativa Cooperformoso e possui uma área total de 157 ha, dividido em duas áreas descontínuas. Em uma funciona a sede administrativa e em outra, a área de produção e de pesquisa.

A sede administrativa ocupa uma área total de 12 ha, onde estão constituídos 7 prédios. Essa área é composta por um galpão de máquinas conjugado com almoxarifado, oficina, armazém de insumos agrícolas e escritório administrativo; um alojamento para aproximadamente 25 pessoas, um prédio disponível para instalação de um laboratório de

semente; um restaurante para funcionários e estudantes, uma casa para professores e pesquisadores; uma casa para funcionários; uma casa para estudantes-estagiários.

O terreno reservado para produção e pesquisa CPAV, apresenta uma área global de 145 ha totalmente sistematizada para o cultivo de arroz irrigado por inundação no período da safra, podendo ser explorada também na entressafra com outras culturas, através do sistema de sub-irrigação (elevação do lençol freático).

O CPAV foi reativado em 2004 pela UNITINS AGRO e deverá ser fortalecido gradativamente no sentido de implementar pesquisas agronômicas e ambientais de relevância para os produtores daquela importantíssima região. Está atuando sob um novo enfoque, buscando associar as questões referentes à produção agrícola aos aspectos sócio-ambientais da região.

Além do trabalho de pesquisa, podem também ser conduzidas lavouras de arroz irrigado na safra e entressafra soja e milho, visando à produção de grãos como também sementes.

O CPAV tem se tornado um espaço reservado para o desenvolvimento de pesquisas, validações de tecnologias, produção e grãos /sementes, estágios para estudantes de colégios agrícolas, faculdades de Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, dentre outras de treinamentos para técnicos, agricultores e alunos, na região da várzea tocantinense. Na Tabela 5 pode-se observar um maior detalhamento dessa unidade de pesquisa.

Tabela 5. Detalhamento da infra-estrutura do Centro de Pesquisa Agroambiental da Várzea – CPAV.

Centro de Pesquisa Agroambiental da Várzea - CPAV	Localizada na 1ª etapa do Projeto Rio Formoso, a 36 km da cidade de Formoso do Araguaia, possui uma área total de 189 ha. A sede administrativa ocupa 12 ha, sendo constituída de 7 prédios, onde é composta por: - 01 caixa d'água de 30.000 litros; -01 galpão de máquinas conjugado com almoxarifado e oficina, armazém de insumos agrícolas e escritório administrativo (32,0x10,3m);
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> - 01 alojamento (16,2x9,7m) para aproximadamente 25 pessoas; - 01 prédio disponível para instalação de um laboratório de semente (18,90x5,0m); - 01 restaurante para funcionários e estudantes (9,95x7,80m); - 01 casa para professores e pesquisadores (9,9x8,95m); - 01 casa para funcionários (11,15x8,7m); <p>O restante da área é composto de 177 ha totalmente sistematizados por inundação ou sub-irrigação para montagem de experimentos e cultivo de arroz irrigado na safra e de soja e outras culturas na entressafra.</p>
--	---

Fonte: UNITINS AGRO, 2006.

c) Unidade de Processamento de Babaçu

A micro-usina de processamento do coco do babaçu foi instalada no Clube Agrícola Sete Barracas – CASB, pertencente ao Projeto de Assentamento Pontal – INCRA, em São Miguel do Tocantins (Região do Bico do Papagaio), com o objetivo principal de produzir energia elétrica, óleo, farelo protéico, mesocarpo e carvão, para atender especialmente essa comunidade rural.

A implantação dessa micro-usina foi viabilizada com recursos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq / Programa do Trópico úmido – PTU, através da aprovação do projeto intitulado “Produção Auto-Sustentável de Energia Elétrica na Zona Rural”, elaborado, coordenado e executado pela UNITINS.

O projeto foi executado no período de janeiro de 1997 a novembro de 2000 e beneficiou pelo menos 27 famílias.

A estrutura possui uma área total construída de 422,80 m². Essa unidade possui cinco galpões: de processamento de amêndoas (185,90 m²); da caldeira (25,00 m²); do turbo-gerador (21,70 m²); do compressor (6,10 m²); e de bancadas para a quebra dos cocos (184,10 m²).

As atividades desse projeto constaram de construção civil simplificada e de baixo custo, perfuração de poço semi-artesiano, desenvolvimento e construção de bancadas para

quebra de coco, aquisição de equipamentos, instalação das linhas de abastecimento de água e de distribuição de energia elétrica, instalação de linhas de vapor, produção e energia elétrica e processamento de amêndoas para produção de óleo e torta, produção de carvão, produção de mesocarpo, estudo da matéria-prima e processamento de amêndoas em mini-prensas.

Atualmente a micro-usina tem funcionado em parceria com a CASB, gerando condições de melhoria da renda das famílias da comunidade e da região dos babaçuais, agregando valor à amêndoa pela produção óleo, farelo protéico, farinha de mesocarpo e carvão.

2. MODERNIZAÇÃO DA OEPA

Apesar de já ter melhorado bastante os recursos de modernização da OEPA, desde a sua criação, em 1992, ainda tem-se muito a realizar. Devido a grande demanda do Estado, a modernização de equipamentos e infra-estrutura em geral, não vêm acompanhando o crescimento e o desenvolvimento, sendo avaliado pelos pesquisados como “razoavelmente adequados”.

Apesar dessa deficiência o uso de tecnologia da informação alcançou um índice satisfatório nas pesquisas, porém a demanda vem crescendo juntamente com a conjuntura atual do Estado e a melhoria da infra-estrutura não está acompanhando este crescimento.

3. ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA

Quanto às estratégias foi ressaltado que há conflitos, considerando a área do meio ambiente, por isso, faz-se necessário aglutinar mais pesquisadores, buscando uma maior compreensão sobre o tema. Existem reuniões de planejamento sobre as linhas de pesquisa e projetos, porém as estratégias são definidas em função de condições disponíveis.

Também foi citado que, a longo prazo, ainda não há planejamento, eles trabalham o planejamento anual das atividades, atingindo as ações de curto e médio prazo, mas quando as ações de curto não são realizadas se tornam a médio prazo, ou seja, é evidente a estruturação de metas alcançáveis e o prazo de realização dessas metas, faz-se necessário a reestruturação de metas e uma redefinição do que é possível realizar a curto, médio ou longo prazo. Na Figura 11 observa-se as respostas dos entrevistados internos.

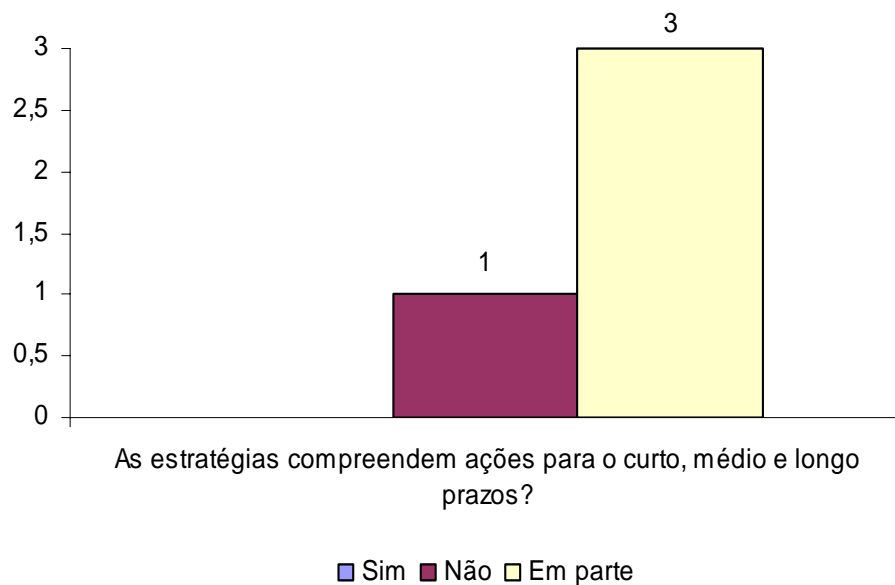


Figura 11. Quanto às estratégias (pesquisadores internos).

Dependendo das ações, as mesmas podem ser de curto, médio e longo prazos. Existem dificuldades no planejamento /execução das ações, um dos motivos citados para esta dificuldade foi a falta de autonomia e a falta de interação com a própria comunidade.

A estrutura administrativa, apoio técnico e um quadro reduzido de recursos humanos tem dificultado a implementação /realização das estratégias.

O planejamento é realizado de forma participativa, mas ressalta-se que não há suporte de metodologia para o planejamento, embora exista um formulário padrão que é utilizado como referencial. Ficou claro que o planejamento estratégico não é desenvolvido com suporte de alguma ferramenta de gestão.

Quanto ao sistema de avaliação, a OEPA é avaliada enquanto setor da UNITINS, na avaliação institucional da Universidade e com relação à avaliação de desempenho, são apresentados relatórios de atividades semestralmente, principalmente com relação à produção científica, portanto, não há uma avaliação formal, ou um padrão estabelecido.

Os programas de pesquisa são formulados anualmente com todas as pessoas da OEPA. É estabelecido um cronograma de atividades e são apresentados relatórios semestrais. Os planos são elaborados com base nas demandas e nos documentos que norteiam os trabalhos da OEPA desde a criação, em 1992. Estes planos são construídos a partir de projetos em desenvolvimento, os quais geralmente estão fundamentados em algum documento (planos estaduais de pesquisa, planos plurianuais, políticas ministeriais).

Nas elaborações dos projetos consideram-se as demandas, as linhas de pesquisa de atuação dos pesquisadores e as demandas do Estado. Estes têm demonstrado um nível adequado de conhecimento para atender a estas demandas, porém, como já foi ressaltado antes, com falha de contingente e não de eficiência e nível de conhecimento.

As diretrizes que norteiam a formulação dos programas anuais ou plurianuais da pesquisa estão fundamentadas na missão e nas linhas norteadoras de ação: Demandas e Potencialidades do Estado; Agricultura Familiar; e Desenvolvimento Rural Sustentável. No entanto, planos plurianuais não existem de fato. Houve falta de afinidade nas respostas dos entrevistados quanto ao nível de importância em mensurar de onde vem estas diretrizes, se do Governo do Estado, Cooperativas, Associações de Classe e Representativas da sociedade, produtores rurais, agroindústrias, órgãos federais, ONG's e outros.

As ações de pesquisa da OEPA são consideradas fundamentais na estratégia da instituição. Foi unânime a resposta dos entrevistados internos em afirmar que a instituição tem a pesquisa como a atividade mais importante da OEPA, mas que também desenvolve outras atividades como participação em cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu*, apoio na extensão rural, consultorias e prestação de serviço. Quanto ao nível de importância dessas atividades não houve consenso nas respostas dos entrevistados.

4. PROJETOS DE PESQUISA AGROPECUÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

Os projetos de pesquisa com enfoque agropecuário em desenvolvimento por professores /pesquisadores da OEPA podem ser observadas na Tabela 4.

Tabela 6. Projetos institucionalizados na UNITINS AGRO – 2004/2005.

Item	Pesquisador / Professor	Unidade de trabalho	Área	TÍTULO DO PROJETO
1.	César Auguste Badji	UNITINS AGRO / DCR	CAB ¹	Impacto de inseticida e do sistema de plantio em populações de artrópodes associada a cultura do sorgo forrageiro.
2.	Cláudio H. C. Fernandes	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Implantação de um programa de desenvolvimento das bacias leiteiras no Estado do Tocantins
3.	Cláudio H. C. Fernandes	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Implantação do laboratório de referência animal

4.	Daniel de B. Fragoso	PETROBRÁS/ UNITINS AGRO	CAB	Conservação e preservação de recursos naturais na sub-bacia do ribeirão São João: uma proposta de participação comunitária no processo de gestão ambiental
5.	Daniel de B. Fragoso	UNTINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Resistência a inseticidas em insetos-praga de grãos armazenados
6.	Daniel de B. Fragoso	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Levantamento de Comunidades Fimícolas no Estado do Tocantins
7.	Eduardo R. dos Santos	UNTINSAGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Diversidade florística, fitossociologia, dinâmica da vegetação e potencialidades de usos da flora nativa do cerrado tocantinense.
8.	Eduardo R. dos Santos	UNTINSAGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Plantas do cerrado tocantinense: manual de identificação, usos e potencialidades.
9.	Eduardo R. dos Santos	UNTINS AGRO SEAGRO/RURALTINS	CAB	Implantação do herbário da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS AGRO.
10.	Eduardo R. dos Santos	UNITINS AGRO/ Conservation International do Brasil/ Instituto Ecológica	CAB	Corredor de conservação da biodiversidade do Araguaia.
11.	Eliane Regina Archangelo	UNTINS AGRO / DCR	CAB	Introdução, seleção de clones de mandioca para mesa e para indústria e desenvolvimento de técnicas agronômicas para o cultivo dessa cultura em Tocantins.
12.	Erich Collicchio	UNTINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Obtenção de genótipos de arroz de terras altas, tolerantes a solos ácidos no Estado do Tocantins
13.	Erich Collicchio	IAG/USPUNTINS AGRO	CET ²	Fluxos de água, energia e carbono em uma área de ecótonos de vegetação no entorno da ilha do bananal.
14.	Fábio Luiz de Oliveira	UNTINS AGRO SEAGRO/RURALTINS	CAB	Comportamento e potencialidades de leguminosas herbáceas para uso na adubação verde no cerrado do Tocantins
15.	Fábio Luiz de Oliveira	UNTINS AGRO / SEAGRO/RURALTINS	CAB	Fazendinha Agroecológica de Palmas – Sistema Integrado de Pesquisa em Produção Agroecológica: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valorização de produtos agropecuários orgânicos.
16.	Fred Newton da S. Souza	UNITINS AGRO SEAGRO/RURALTINS	CAB	Disponibilização de tecnologias apropriadas à comunidade quilombola

				de Redenção, Natividade-TO.
17.	Fred Newton da S. Souza	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Fortalecimento da integração técnicos/agricultores na implementação do Projeto Rede de Referências no Estado do Tocantins.
18.	Fred Newton da S. Souza	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Indicadores de emergência de sustentabilidade no projeto FORTER – Tocantins
19.	Fred Newton da S. Souza	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Rede de agricultores experimentadores: a transição agroecológica como tema gerador da pesquisa-ação
20.	Gustavo Azevedo Campos	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Melhoramento genético do maracujazeiro visando resistência a doenças
21.	Gustavo Azevedo Campos	UNITINS /PPEX UNITINS / AGRO	CAB	Comportamento de Populações de Maracujazeiro na Região de Palmas – TO
22.	José Fernando B. Melo	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Estudos de aspectos nutricionais e metabolismo em peixes da Amazônia
23.	José Fernando B. Melo	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Aproveitamento e valor nutricional do peixe na alimentação e nutrição humana através do estudo da composição química e rendimento do peixe e seus produtos no Estado do Tocantins.
24.	Lucas Koshy Naoe	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Programa de melhoramento da soja
25.	Lucas Koshy Naoe	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Programa de melhoramento do feijão
26.	Lucas Koshy Naoe	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Programa de melhoramento de trigo e triticale
27.	Maria Inês Ramos Azevedo	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Propagação, preservação e conservação de espécies arbóreas nativas do cerrado potencialmente aptas para florestamento, reflorestamento e enriquecimento de áreas degradadas
28.	Pedro Alves de M. Sobrinho	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Estudo da cadeia produtiva de ovinos e caprinos no Estado do Tocantins
29.	Ronaldo R. Coimbra	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Melhoramento de milho para condições de estresse de fósforo no solo do Estado do Tocantins
30.	Ronaldo R. Coimbra	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Implementação da rede de avaliação de cultivares de milho no Estado do Tocantins

31.	Ronaldo R. Coimbra	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Avaliação de Cultivares de mamona “Ricinus communis” no Estado do Tocantins.
32.	Rosilene Naves Domingos	UNITINS AGRO/ SEAGRO/RURALTINS	CAB	Desenvolvimento de produtos alimentícios com mesocarpo de babaçu, fécula de mandioca e farinha de soja, visando sua utilização na merenda escolar.

1. CAB: Ciências Agrárias e Biológicas 2. CET: Ciências Exatas e da Terra (Fonte: UNITINS AGRO, 2006)

V - INTERAÇÃO/COOPERAÇÃO

1. COOPERAÇÃO E RELAÇÕES COM USUÁRIOS;

No que tange ao fortalecimento das relações com associações representativas da cadeia produtiva agropecuária e agroindustrial, verifica-se que deve haver um maior comprometimento do setor, principalmente no aporte financeiro, além de uma melhor compreensão das demandas e uma maior conscientização de que eles irão fazer uso dos resultados obtidos pela pesquisa.

As pesquisas desenvolvidas pela OEPA atendem parcialmente o público alvo, conforme se observa nas Figuras 12 e 13.

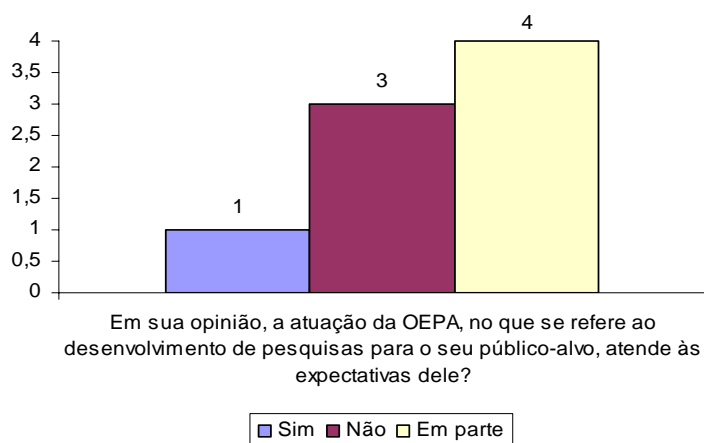


Figura 12. Atende as expectativas do público-alvo (entrevistados externos)

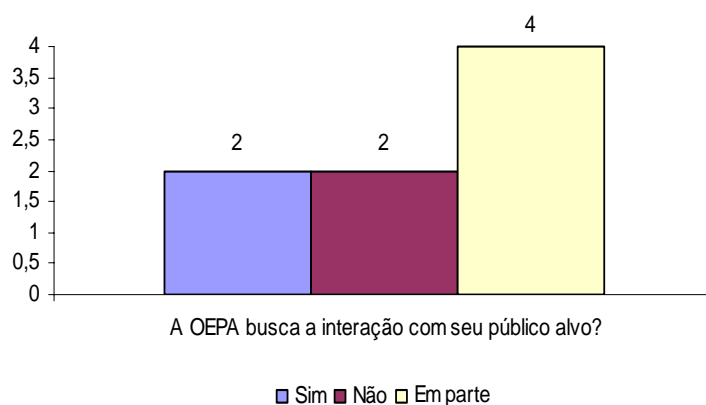


Figura 13. Busca interação com o público-alvo (entrevistados externos).

Os projetos de pesquisa desenvolvidos estão dentro das linhas de pesquisa dos pesquisadores, deixando um pouco obscuro o verdadeiro público alvo da OEPA. Os entrevistados externos relatam a falta de interação e de articulação com outros agentes para atingir as pesquisas demandantes e a falta de abertura /diálogo para a sociedade. Dada a representatividade da Agricultura Familiar no Estado foi destacada a necessidade de mais pesquisas nessa importante área.

2. PARCERIAS E ARTICULAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES AGRÍCOLAS COM O SISTEMA PRODUTIVO

A articulação com as organizações agrícolas se dá de duas formas: Formal e informal. A formal tem convênios com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Instituto Agrônômico - IAC, Universidade de Brasília - UNB e Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA, podendo ainda contar com parceiros, tais como: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, onde estes tem projetos consolidados em execução. Quanto a informal, conta-se, por exemplo, com a ajuda de ex-orientadores, pesquisadores e/ou produtores.

Quanto à satisfação dessas parcerias, foi respondido, que são satisfatórias, no entanto, poderiam melhorar, para isso buscam-se parcerias com outras instituições com papel semelhante para complementar os trabalhos das pesquisas realizadas. É algo que deve ser sempre reavaliado em busca de uma melhoria contínua.

Ressalta-se ainda que, um dos pontos mais insatisfatórios quanto às articulações de parcerias externas, citam a dificuldade de divulgação da OEPA, a falta de recursos humanos com autonomia para realizar tais articulações e ainda, o grupo reduzido de recursos humanos (pesquisadores).

Para os entrevistados externos a OEPA não promove a discussão de prioridades de pesquisa, não envolve os clientes externos e às instituições parceiras, conforme se observa na Figura 14.

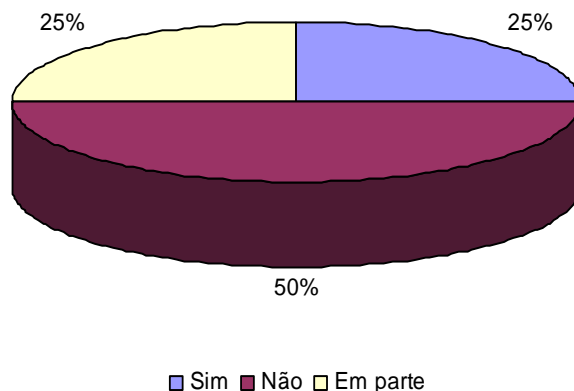


Figura 14. Opinião sobre a discussão de prioridades de pesquisa (externos).

3. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Os entrevistados dos questionários externos, responderam com unanimidade, no que tange as seguintes linhas de ação estratégica: fortalecer a interligação com a sua instituição; fortalecer a interligação com instituições federais; fortalecer a interligação com instituições de pesquisa e ensino, estaduais; fortalecer a interligação com instituições de extensão rural oficial do Estado; fortalecer a interligação com associações representativas de segmentos da cadeia produtiva agropecuária e agroindustrial; melhorar a capacidade de aproveitar as oportunidades de captação de recursos; buscar caminhos para a identificação de novas oportunidades e áreas de atuação. Seria fundamental para dar suporte a OEPA, devido estas instituições trabalharem com políticas, ações e objetivos importantes e comuns a mesma. A totalidade dos entrevistados respondeu ser importante a implementação de estratégias de ação para o desenvolvimento da OEPA.

4. PARCERIAS

Partindo do princípio de quanto mais, melhor, que se aplica também às parcerias e as interligações com outras instituições federais, pois pela própria natureza do Estado que ainda está em formação seria algo fundamental. Inclusive com universidades, já que a nossa necessidade é grande principalmente na complementação dos recursos humanos.

Quanto à interligação com instituições estaduais voltadas ao setor agropecuário, é muito importante. Pois, este fortalecimento ajuda a consolidar os grupos de pesquisa com a participação de instituições de ensino, favorecendo o alcance dos objetivos e, desta forma, haveria uma maior socialização dos trabalhos e também o estreitamento das parcerias e, conseqüentemente do aumento da eficiência da pesquisa agropecuária.

Também deve ser levado em consideração o fortalecimento da interligação com as instituições de extensão rural oficial do estado, já que o papel dos extensionistas também seria de multiplicadores dos resultados obtidos através das pesquisas. No caso a OEPA tem parceria com o RURALTINS, este tem escritórios /técnicos em diversas regiões do Estado, o que facilita a condução dos trabalhos da OEPA.

Nos questionários externos, foi avaliado o nível de importância atribuída à assistência técnica e extensão rural desenvolvida pela OEPA para o seu público-alvo, e foi mencionado que não atende em todo, mas que se percebe uma preocupação e boa vontade para melhorar, outros alegaram que a extensão não é função da OEPA e alguns responderam que nem sabem se há trabalhos de extensão, não tem conhecimento, mas, consideram alto o nível de importância nesta área para o seu público-alvo.

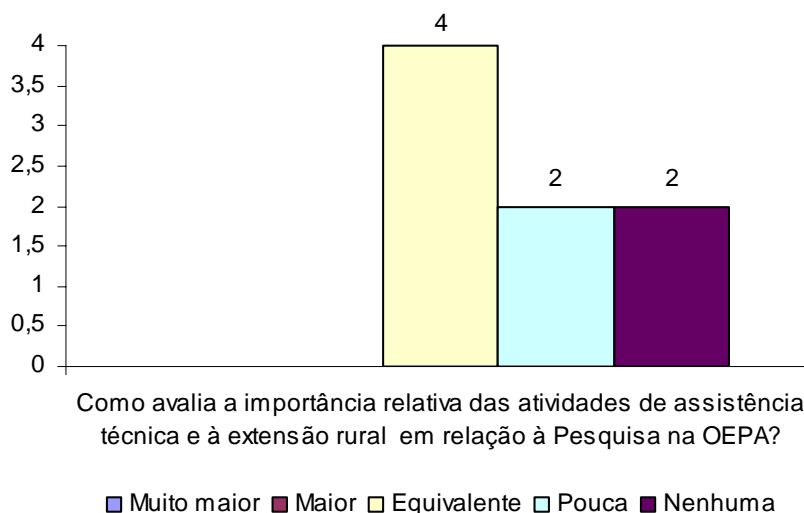


Figura 15. Avaliação da importância relativa das atividades de assistência técnica (questionários externos).

5. COOPERAÇÃO COM A EMBRAPA

Com relação à cooperação com a Embrapa, nos questionários internos, foi sugerido um fortalecimento maior dessa parceria, de maneira mais contínua, uma vez que a Embrapa contribui muito para a pesquisa agropecuária brasileira, além de ser referência nacional. Foi mencionada a necessidade de estreitamento dessa relação e a formalização da parceria. Uma maior interatividade e interligação entre a Embrapa e a OEPA, é prioridade frente às demandas do Estado. A Embrapa hoje é considerada muito ausente nos projetos, e é responsável pela pesquisa agropecuária no Brasil, no entanto, no Tocantins com relação à parceria com a OEPA, vem atuando de maneira aquém a que se propõe.

Segundo a pesquisa aplicada a Embrapa, deve-se haver maior interatividade da OEPA, um canal de comunicação eficaz, para potencializar a capacidade do trabalho. Na OEPA a busca por eleger as prioridades de pesquisa não passa pela Embrapa. O processo é interno.

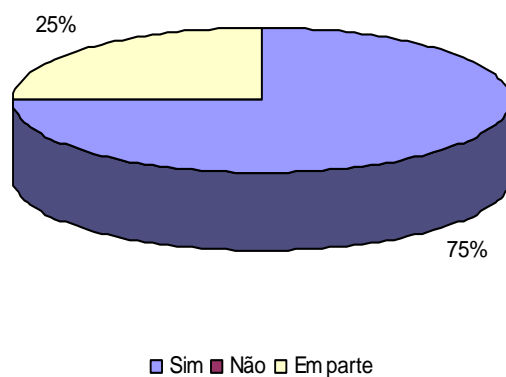


Figura 16. Fortalecimento e interação com a Embrapa (questionários internos).

6. ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE AGENTES AGROPECUÁRIOS

A OEPA busca atender as demandas dos agentes agropecuários, porém analisando as respostas dos questionários externos, percebe-se a falta de comunicação entre as ações, muitos até nem sabem da relação agente colaborador e a instituição. Alegam que deve que

ser levado mais em consideração os agentes externos e entidades afins. Na Figura 16, pode-se observar.



Figura 17. A OEPA considera a opinião da rede de agentes externos (questionários externos).

Na figura 17 se verifica à opinião desses agentes externos em relação ao processo adotado pela OEPA, para identificar prioridades e formular projetos de pesquisa. Foi mencionado que ainda não se tem alcançado bons resultados, falta maior divulgação dos trabalhos e resultados, existe uma maior interação entre eles somente na fase de execução. Porém, observa-se que as respostas ficaram bem divididas com relação a este item, seja por falta de conhecimento para opinarem ou porque realmente concordam que há uma certa interação.

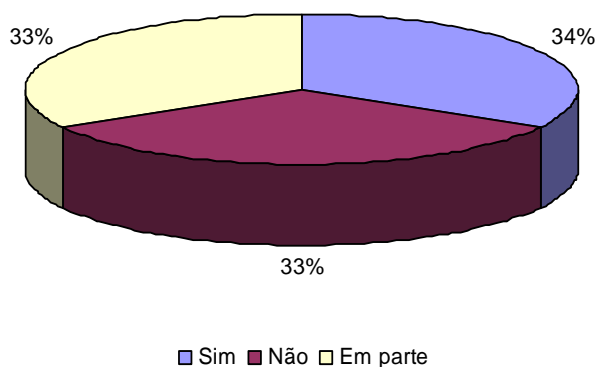


Figura 18. A direção leva em consideração a opinião dos pesquisadores (entrevistados externos).

Quando foi perguntado a esses agentes agropecuários (questionários externos), quanto ao que poderia ser feito para colaborar com as pesquisas da OEPA, foi ressaltado a importância da participação no planejamento; na definição, elaboração e execução das estratégias; na apresentação de demandas; na participação do processo de elaboração dos projetos, além da busca da potencialização das atividades desenvolvidas. Ressalta-se também, a ajuda na divulgação dos trabalhos realizados pela OEPA, na busca de recursos e, aproximação dos pesquisadores das câmaras técnicas setoriais.

VI- ESTÍMULOS E OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1. ESTÍMULOS

a) Questionários Internos:

- Quadro de pesquisadores;
- Qualificação e diversidade de formação dos recursos humanos;
- Ambiente institucional;
- Políticas públicas;
- Comprometimento da equipe;
- Número de projetos aprovados;
- Qualificação dos pesquisadores;
- Consolidação através de curso de pós-graduação *Stricto Sensu*;
- Muitas demandas no setor;
- Região de fronteira agrícola;
- Vocação agrícola do Estado; e
- Fortalecimento da OEPA frente aos trabalhos que vem sendo realizados.

b) Questionários Externos:

- Boa vontade e capacidade produtiva dos pesquisadores;
- Grande potencial de capta o de recursos financeiros;
- Estrutura física;
-  rg o do Governo estadual;
- Nível dos pesquisadores;
- Oportunidade e implanta o da pesquisa;
- Bom nível de qualifica o;
- Demandas de trabalho, considerando a voca o agrícola do Estado;
- Potencial do Estado para o desenvolvimento agrícola; e
- Pioneirismo.

2. OBSTÁCULOS

a) Questionários Internos:

- Inter-relações institucionais, principalmente locais;
- Equipe reduzida frente às demandas;
- Falta de autonomia e independência financeira;
- Infra-estrutura;
- Orçamento indefinido para a OEPA;
- Influência política;
- Falta de uma instituição de fomento à pesquisa;
- Diretrizes estaduais; e
- Não conseguir atender as demandas.

b) Questionários Externos:

- Falta de investimento;
- Vontade Política;
- Ingerência;
- Falta de recursos humanos; infra-estrutura e comunicação com a sociedade;
- Melhoria da Gestão;
- Falta de Recursos Financeiros;
- Dificuldade de recursos financeiros; falta de políticas públicas definidas; estrutura para pesquisa a nível institucional;
- Identidade funcional;
- Parcerias; e
- Divulgação dos trabalhos realizados.

VII - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A OEPA do Tocantins é a única dentre as 18 no Brasil que está inserida em uma Instituição de Ensino Superior - IES, a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS e também a única da Região Norte do país, criada em 1992. A IES abrange todas as áreas do conhecimento humano, já a OEPA desenvolve atividades do setor agropecuário. Tal particularidade reflete na identidade da mesma, uma vez que parte do público alvo visualiza a UNITINS e não a OPEA. Com o processo de reestruturação iniciado no final de 2003, onde foi criada a UNITINS AGRO percebe-se uma maior identificação. Faz-se necessário uma maior divulgação informando de que a UNITINS AGRO é a OEPA no Tocantins. A UNITINS está vinculada ao Governo Estadual pela Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Frente a este cenário observa-se que as pessoas envolvidas com a OEPA, ou seja, os pesquisadores têm uma visão diferenciada da dos agentes do setor agropecuário. Foi observado nas entrevistas que parte destes agentes não conhecem e não sabem quais os trabalhos que a Instituição realiza. Há de considerar que embora em processo de reestruturação a UNITINS AGRO realizou projetos de pesquisa, mesmo com um quadro reduzido de pesquisadores e infra-estrutura.

Faz-se necessário uma maior articulação com os órgãos do Governo Federal e Estadual, cooperativas, associações de classe, produtores rurais, ONGs, Universidades e outros no sentido de otimizar os recursos humanos e financeiros visando potencializar a pesquisa agropecuária. Quem dará o primeiro passo? A OPEA em direção a sociedade ou vice-versa? Parte dos entrevistados mencionaram que a OEPA não interage com o setor agropecuário, mas quando da inversão dos papéis estes também nunca procuram a OEPA, a não ser aqueles que tenham uma ligação mais próxima, principalmente estabelecido nas relações humanas.

Parte dos dados quantitativos não foram respondidos pela OEPA, referente aos anos de 2001 a 2003, que corresponde o período transitório de federalização dos Campi Universitário da UNITINS para a Universidade Federal do Tocantins. Na falta destes indicadores não foi possível observar as tendências no que tange os investimentos em recursos humanos, infra-estrutura e equipamentos.

Como se fazer conhecer? Primeiramente dizer quem é, o que faz, para quem faz, como faz e quando faz. A OEPA poderá ser um forte referencial na pesquisa agropecuária do Tocantins, para isso é necessário se cumprir o seu papel. É preciso, pois, mais autonomia e representatividade; o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para o setor; o estabelecimento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Tocantins; priorizar as demandas regionais; a pesquisa e a extensão serem atividades complementares; estar isenta de aspectos políticos; haver no planejamento estadual a previsão de recursos para a pesquisa; ser mais agressiva na busca de recursos; haver uma maior percepção do público alvo; valorização dos profissionais e principalmente a interação com os diferentes parceiros.

VIII - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLICCHIO, Erich. **Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária: Um instrumento de apoio ao desenvolvimento rural sustentável do Tocantins**, Palmas: Provisão, 2006.

COLLICCHIO, Erich. **Estruturação, Fortalecimento e Manutenção da Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária do Tocantins**, Palmas: Fundação Universidade do Tocantins, 2004.

ALBUQUERQUE, Rui; FILHO, Sergio Salles. **Determinantes das Reformas Institucionais, Novos Modelos Organizacionais e as Responsabilidades do SNPA: Caracterização e Avaliação das OEPAS – Relatório Final**. Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa – GEOP, Campinas, 1998.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. CGEE-MCT/EMBRAPA/ONSEPA. **Termo de Referência**. Brasília,DF, Maio 2006, 3-6p.

TOCANTINS Terra de Oportunidades. **O Mapa do Investidor**. Publicação: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Tocantins. Cartográfica Editora do Tocantins Ltda. Agosto 2004, 28-30p.

IBGE. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=CA&z=t>
acesso em: 11 ago 2006.

SEPLAN. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/dpi/index3.php>.

Acesso em 13 ago 2006 as 14:30h.

SEAGRO. Disponível em: http://www.to.gov.br/seagro/v_menu.php?id=131. Acesso em 24 ago 2006 as 10:19h.